



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº DE 2021

(Da Sra. Lídice da Mata)

Requer seja realizada Audiência Pública na Comissão de Educação, para debater os cortes nos recursos destinados à manutenção das Universidades Federais e Institutos Federais de Educação, e suas consequências, agravadas pela situação de calamidade pública imposta pela Pandemia do COVID-19.

Senhor Presidente,

Requeiro à Vossa Excelência, com fundamento no art. 117, inciso VIII e art. 255 ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para debater os cortes nos recursos destinados à manutenção das Universidades Federais e Institutos Federais de Educação, e suas consequências, agravadas pela situação de calamidade pública imposta pela Pandemia do COVID-19, com a participação dos seguintes convidados:

- 1 - Representante do Ministério da Educação
- 2 - João Carlos Salles Pires da Silva. - Reitor da UFBA
- 3 -Edward Madureira - Presidente da Andifes (Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior)
- 4 - Cláudio Riyudi Tanno – Consultor Legislativo da área de Orçamento e Fiscalização Financeira
- 5 – Felipe Scudeler Salto – Economista pela FGV



JUSTIFICAÇÃO

O Brasil vive um momento de calamidade pública. A pandemia de Covid-19 impôs desafios nunca antes experimentados pelas redes de ensino. 2020 foi um ano em que as instituições educacionais, os professores e todos os profissionais envolvidos com a educação precisaram se reinventar para atender a necessidade de oferecer o ensino remoto, observando as enormes desigualdades entre as instituições, estudantes e regiões.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), mais de 1,3 bilhão de estudantes de todo o mundo foram afetados pelo fechamento das escolas e universidades imposto pelo isolamento social imprescindível para combater a pandemia. No Brasil, só no ensino superior público, mais de 2 milhões de estudantes estão em casa. Além disso, milhares de docentes também não podem estar presencialmente nas salas de aula. O fechamento das instituições de ensino proporcionou um desafio inédito à educação. As limitações de acesso às plataformas remotas, a diminuição da renda familiar e as dificuldades de ensino e aprendizado à distância aumentaram a taxa de evasão e trouxeram enormes prejuízos às políticas educacionais e às instituições.

Apesar das incertezas nas perspectivas epidemiológicas e econômicas, para tentar minimizar o prejuízo no ensino, as instituições estão sendo obrigadas a implementar novas tecnologias e inovar suas metodologias de aprendizado virtual. Além disso, os cursos com alto nível de atividades práticas, como clínicas e laboratórios, estão particularmente prejudicados, o que pode ocasionar o atraso na graduação desses estudantes. Para minimizar os prejuízos, além das plataformas online, é necessário investir em outros métodos para ministrar as aulas. Bem como investir na qualificação dos professores para a nova realidade.

Manter a qualidade do ensino superior configura-se como um dos principais objetivos dos sistemas de educação superior. Na contramão dessa afirmativa, e das necessidades de qualificação, investimento em tecnologia e readequação do sistema de ensino, o MEC teve uma baixa execução orçamentária em 2020 e o governo federal promoveu cortes significativos nos repasses às instituições de 2020 para 2021.

As universidades federais calculam uma redução de R\$ 1,2 bilhão no orçamento para este ano, valor que ameaça a permanência de estudantes mais vulneráveis e até mesmo pesquisas de combate à covid-19. Com a previsão de

cortes, as instituições já estão reduzindo bolsas destinadas a alunos, o que pode levar ao aumento da evasão de estudantes de graduação.

No ano passado, as instituições tiveram orçamento de R\$ 5,54 bilhões para as despesas discricionárias (como pagamento de energia, água, serviços terceirizados e programas de assistência estudantil). A proposta orçamentária que tramita atualmente no Congresso para 2021 é de R\$ 4,36 bilhões.

Somadas as perdas acumuladas desde 2019, a redução é de quase 28%, sem correção dos valores pela inflação.

A situação é extremamente delicada, porque é um corte alto depois de 5 anos com o orçamento congelado. O corte atinge todas as 69 universidades federais, com mais de 320 campi em todo o país. Também podem comprometer o funcionamento de hospitais universitários, já que parte deles depende dos recursos destinados às instituições.

Além da situação financeira crítica anterior à pandemia, os reitores dizem que as universidades tiveram aumento de custos e ações para ajudar no combate à crise sanitária. Eles afirmam que a falta de recursos pode afetar a produção científica e o atendimento à população.

Eles também destacam que o corte de orçamento do Pnaes ocorre no momento em que há uma demanda maior por auxílios, já que os estudantes também sofreram perda de renda e emprego durante a pandemia.

Segundo a Andifes, se não forem revertidos, os cortes podem inviabilizar o funcionamento das universidades.

O objetivo desta proposição é ouvir as entidades ligadas à educação e responsáveis por universidades e institutos federais de modo a compreender os desafios que estão enfrentando para manter a qualidade do ensino, bem como de entender os argumentos do Ministério da Educação para a redução dos repasses às instituições de ensino superior num momento em que a demanda é de fortalecimento, inovação e readequação.

Por essas razões, solicitamos o apoio dos nobres colegas ao presente Requerimento.

Sala das Comissões , de março de 2021.

Deputada Lídice da Mata

PSB/BA



